

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 30/Abr



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3394 - Ano 2025



BAHIA

SINDMETROPOLITANO BA SE FILIA AO DIEESE

Novos sócios:

Em março, oito entidades sindicais passaram a integrar o quadro de sócios do DIEESE



Conheça os novos filiados:

- Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Porteiros, Vigias, Curso de Formação, Combate a Incêndios, Similares e seus Anexos Camaçari e região (@sindmetropolitano)
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras, Câmaras e Autarquias da Microrregião do Planalto de Araxá Minas Gerais (@cas.araxa)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Bebidas em Geral e Águas Minerais do Estado do Pará
- Federação Nacional dos Nutricionistas (@fed.nacionaldosnutricionistas)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Privadas de Limpeza Urbana e Afins no Estado de Santa Catarina sinteplusc
- Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Santa Catarina (@sindicatonutricionistassc)

- Sindicato dos Trabalhadores Servidores Públicos Municipais de Itainópolis e Região (@sintramistsindicato)

- Sindicato dos Empregados no Comércio de Franco da Rocha e Região (@sindicatoec.franco)

Se sua entidade sindical ainda não é sócia, entre em contato com a área de relacionamento do DIEESE:

Telefone 0800 77 33 117

E-mail novosocio@dieese.org.br

WhatsApp (11) 97639-7047

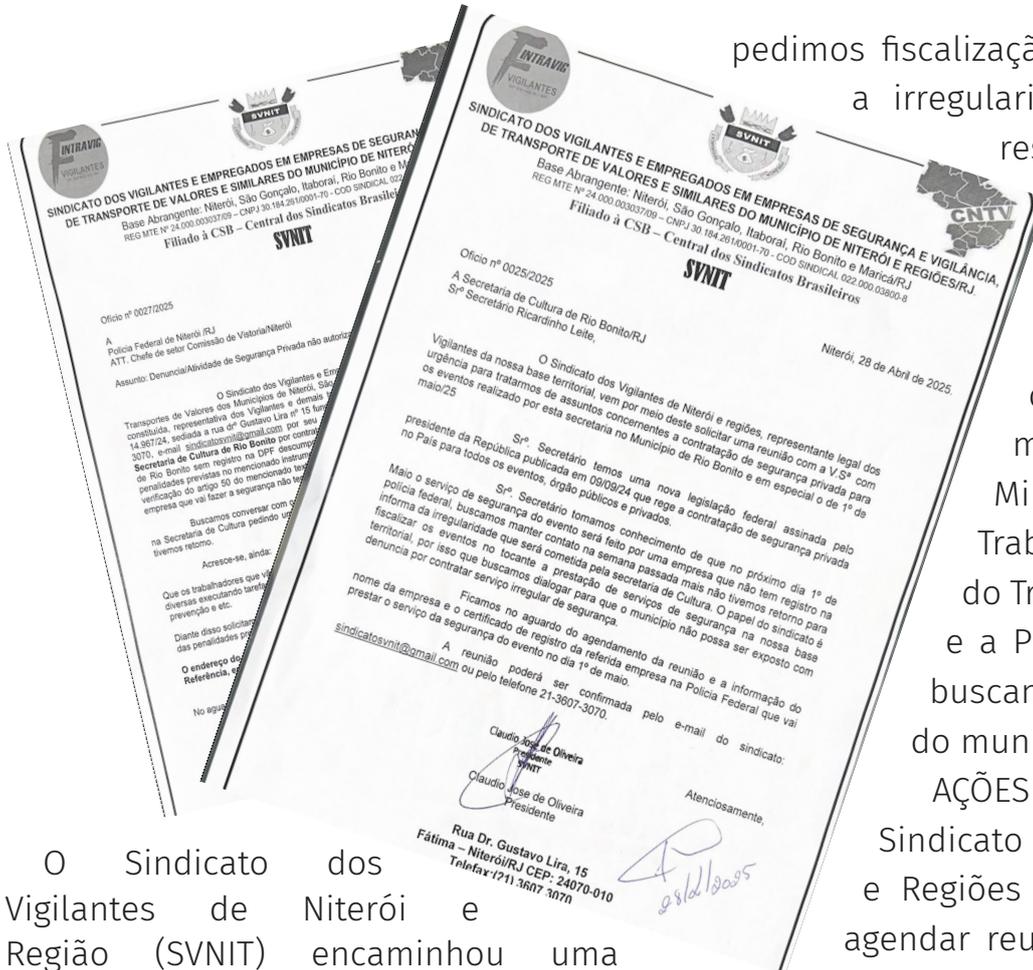
O DIEESE é uma instituição de assessoria socioeconômica, sem fins lucrativos, criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Conta com uma equipe experiente e multidisciplinar, especializada em temas do trabalho, que atua para as entidades sindicais filiadas e representa os interesses do movimento sindical nos mais importantes fóruns de discussão econômica, social e trabalhista.

O DIEESE é espaço de articulação e ação conjunta de diferentes correntes do sindicalismo e tem como principal objetivo fornecer subsídios para fortalecer as lutas dos trabalhadores.

Mais informações <https://www.dieese.org.br/>

FONTE: DIEESE

SVNIT DENUNCIA SEGURANÇA IRREGULAR EM EVENTO EM RIO BONITO



O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região (SVNIT) encaminhou uma denúncia à Polícia Federal informando a irregularidade da empresa contratada para fazer a segurança privada do evento em comemoração ao Dia do Trabalhador (1º de maio) em Rio Bonito.

O SVNIT recebeu as denúncias e, cumprindo sua função, buscou apurar as informações preliminares. O evento está sendo realizado pela Prefeitura de Rio Bonito, por meio da Secretaria de Cultura. A direção sindical tentou contato com a pasta, oficiando o órgão, mas não obteve retorno.

“O Estatuto da Segurança Privada, que já está em vigor, prevê aplicação de multa pela Polícia Federal para quem organizar, oferecer ou contratar serviço de segurança privada irregular. Acionamos a PF e

pedimos fiscalização e, caso se comprove a irregularidade, a autuação dos responsáveis”, explicou o presidente do SVNIT, Cláudio Vigilante.

O dirigente sindical adiantou, ainda, que irá solicitar uma mesa redonda com o Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Prefeitura de Rio Bonito, buscando adequar a situação do município a nova legislação.

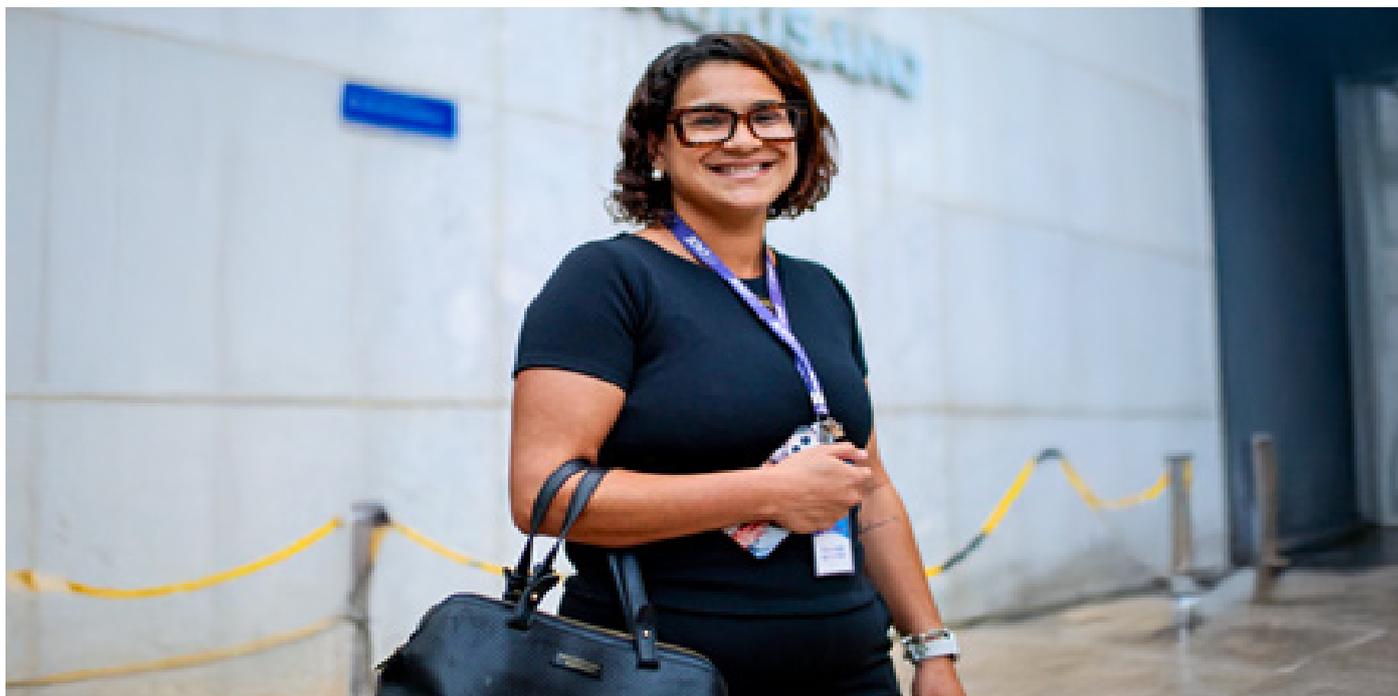
AÇÕES PRÉVIAS – A direção do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões (SVNIT) vem buscando agendar reuniões com os prefeitos das cidades da base territorial. “Vamos conversar, também, com as secretarias responsáveis pelas licitações. Queremos que os municípios cumpram a legislação federal quando se tratar de contratações de segurança privada – seja para os eventos e os órgãos públicos municipais. Não podemos permitir empresas clandestinas tomando o espaço de quem está certo”, disse Cláudio Vigilante.

O objetivo do SVNIT é garantir que vigilantes com ata, devidamente documentado e com cursos de grandes eventos sejam contratados, valorizando assim o trabalhador vigilante.

FONTE: SVNIT

MGI amplia direitos de trabalhadores terceirizados com foco na valorização e bem-estar

Medidas garantem mais proteção social, oportunidades e condições de trabalho mais dignas para esses profissionais. Confira a matéria que faz parte do Especial do MGI em celebração ao Dia do Trabalhador



Legenda: Juliene Alves está entre as trabalhadoras terceirizadas que já sentem os efeitos positivos das políticas de valorização promovidas pelo governo federal.

Foto: Jhonathan Braga

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) tem dado passos importantes e inovadores para melhorar as condições de trabalho dos profissionais terceirizados na Administração Pública Federal. Com iniciativas que impactam positivamente o dia a dia desse público, a pasta contribui para sua valorização, proteção social e inclusão no mundo do trabalho. Esta matéria integra o Especial do MGI em celebração ao Dia do Trabalhador,

comemorado em 1º de maio, que reúne uma série de reportagens dedicadas à valorização do trabalho e de quem o realiza no serviço público.

Como parte dessa valorização, uma das principais medidas foi a publicação da Instrução Normativa nº 190/24, em dezembro de 2024, que reduziu a jornada semanal de parte dos terceirizados da Administração Pública para 40 horas, sem comprometer a remuneração. Ela se aplica

a contratos em que há previsão de jornada de 44 horas por semana, beneficiando principalmente funções administrativas e de apoio. A implementação da nova jornada já alcança mais de 2.500 profissionais que atuam em áreas como apoio administrativo, secretariado, arquivologia, jardinagem e outras. Novas categorias serão incluídas em breve, após análise da primeira fase, que já está em andamento na pasta.

Juliane Alves, secretária-executiva no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), é uma das trabalhadoras terceirizadas que já sentem os efeitos positivos das iniciativas do governo federal voltadas à valorização da categoria. Para ela, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais permite uma rotina diária mais equilibrada.

Mãe de gêmeos, seus dias eram cronometrados. As crianças entravam na escola às 7h30, enquanto seu expediente começava às 7 horas. As manhãs já começavam apressadas, marcadas pela correria e pelo esforço constante de chegar ao trabalho o quanto antes. “Isso [redução de carga horária] equilibrou totalmente a minha rotina de trabalho e das crianças na escola”.

Todas as semanas, para cumprir as 44 horas exigidas, Juliane dependia que a sua mãe buscasse os netos na escola ao menos duas vezes por semana. Com a nova jornada e mais tempo disponível, ela pode se envolver ativamente na vida escolar dos filhos, realizando ações simples, como conversar com as professoras ao deixá-los

na escola. “Se fosse antes, com os minutos contados, com certeza eu precisaria marcar um horário com elas”, lembrou.

Juliane se sente valorizada e avalia a iniciativa do governo federal de forma positiva. “Para a gente, mulher e mãe, é uma questão muito ímpar. São ‘só’ quatro horas, mas para mim não são só quatro horas, eu não sei nem explicar, porque, dentro da minha rotina, isso fez muita diferença”, falou ao desejar que essa oportunidade alcance todas as pessoas do serviço terceirizado.

O diretor de Normas e Sistemas de Logística da Secretaria de Gestão e Inovação (Seges) do MGI, Everton Santos, explica que, atualmente, o olhar sobre esse público é mais qualificado do que no passado, quando, na maioria das vezes, eram reduzidos a números. “Hoje sabemos quem são essas pessoas, e elas são muito importantes. Não representa apenas um número que vai realizar metros quadrados de limpeza ou servir dez ou três rodadas de cafezinho”, pontuou Santos, ressaltando o reconhecimento do valor social dos trabalhadores.

Ele destacou que a atual percepção da Administração Pública Federal vai além de resultados e preços, incluindo a sustentabilidade como fator fundamental. “O foco é o cuidado com as pessoas, para que elas possam gerar resultados, indistintamente se é um servidor público, um terceirizado, um estagiário ou um consultor”, disse ao enfatizar a importância de valorizar os eixos social e ambiental por trás de cada serviço prestado.

Fortalecimento dos direitos

Reforçando o fortalecimento dos direitos dos trabalhadores terceirizados, o ministério também definiu regras, por meio da Instrução Normativa nº 176/2024, para garantir que os contratos de prestação de serviços contínuos incluam custos mínimos de pagamento, como salário-base, adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios.

Com foco na otimização de contratos, a Instrução Normativa nº 81/2024 do MGI estabelece regras para permitir a compensação de jornada em contratos de serviços terceirizados contínuos. A norma traz mais flexibilidade para casos como recessos de fim de ano ou outras situações pontuais, sem prejuízo à remuneração ou à qualidade dos serviços. Com isso, os contratos ficam mais organizados, justos e eficientes, beneficiando tanto os trabalhadores quanto os órgãos públicos.

Juntas, as iniciativas do MGI colocam em prática definições do Decreto nº 12.174/2024, assinado em 11 de setembro de 2024 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela ministra Esther Dweck (MGI) e pelo ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego). De forma inovadora, a norma estabelece diretrizes para reconhecer e proteger os trabalhadores terceirizados que atuam na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Ela amplia direitos, melhora as condições de trabalho e reconhece a importância desses profissionais para o funcionamento dos serviços públicos.

Em 2025, o MGI dará continuidade aos trabalhos de melhoria da gestão de contratos, com atenção especial à organização das férias e ao enfrentamento e à prevenção

ao assédio no ambiente de trabalho. As prioridades são criar mecanismos para organizar, com antecedência, o agendamento das férias dos colaboradores, em parceria com os órgãos contratantes, além de elaborar cláusulas contratuais relativas ao tratamento das denúncias e às ações de prevenção ao assédio e à discriminação.

Inclusão com olhar humano

Outra iniciativa de destaque do MGI é a reserva de vagas em contratos de serviços terceirizados para mulheres em situação de violência doméstica. A política foi criada com o objetivo de promover a autonomia financeira e facilitar a reinserção dessas mulheres no mundo de trabalho. Com isso, é proporcionada uma oportunidade concreta de reconstrução de vida, por meio da reserva de 8% das vagas em contratos públicos, estabelecida pelo Decreto nº 11.430/23, que regulamenta a Nova Lei de Licitações e Contratos. As vagas incluem mulheres trans, travestis e outras identidades femininas, com prioridade para mulheres negras.

Os acordos para implementação da política seguem avançando pelo país e, até o momento, 17 estados já aderiram à proposta, firmando compromisso com o MGI para adotar a medida nas suas contratações públicas. São eles: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Tocantins.

A diretora de Inovação Governamental da Seges do MGI, Claudia Martinelli, ressaltou que a política é uma referência nacional tanto no uso do poder de contratação do Estado para promover justiça social, inclusão produtiva e equidade de gênero e

raça, quanto no modelo de implementação baseado na cooperação federativa. “Nossa equipe tem feito todo um trabalho a muitas mãos para apoiar os estados na implementação da política e na estruturação de suas próprias políticas”, reforçou.

Entre os meios de apoio, a diretora mencionou orientação técnica, disponibilização de materiais de suporte, reuniões com órgãos locais e gestores federais, além de oficinas presenciais, webinários e plantões de dúvidas virtuais. “Já contabilizamos mais de 300 participantes em nossas palestras e oficinas, em pouco mais de seis meses”.

Atualmente, 74 mulheres são beneficiadas por essa política pública, que se destacou pela sua proposta transformadora e conquistou o primeiro lugar na categoria “Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo Federal” do 28º Concurso de Inovação do Setor Público, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em novembro de 2024.

Como ações complementares à iniciativa, são destaques a articulação do MGI com o Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de integrar a política a outras iniciativas de empregabilidade, e a atuação junto aos Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e da Cidadania, buscando fortalecer a implementação da política por meio da inclusão de grupos historicamente mais discriminados nas oportunidades de emprego, como mulheres trans, travestis e negras.

Valorização da diversidade e combate à discriminação e ao assédio

Por meio do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, instituído pelo Decreto nº 12.122/2024, a Administração Pública Federal passou a implementar ações permanentes de conscientização, acolhimento de vítimas e criação de canais seguros de denúncia. A iniciativa reforça o compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho saudável, seguro e respeitoso para todos — incluindo os trabalhadores terceirizados. As reuniões do Comitê Gestor do Plano Federal são coordenadas pelo MGI e têm como propósito acompanhar iniciativas conduzidas por outros órgãos, além de buscar soluções e aprimorar ações e estruturas voltadas ao tratamento ao tema.

No MGI, essas diretrizes foram detalhadas e adaptadas no Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (2024-2026), formalizado por meio da Portaria MGI nº 617/2025. O plano é composto por várias iniciativas, que incluem ações formativas para engajamento e sensibilização das equipes do ministério sobre o enfrentamento ao assédio e à discriminação, bem como o respeito à diversidade; campanhas educativas e preventivas; formação de lideranças em temas como diversidade, inclusão e enfrentamento ao assédio; realização de diagnóstico do clima organizacional, entre outras medidas.

FONTE: MGI

CUT e demais centrais entregam ao Presidente Lula a pauta da classe trabalhadora

Encontro foi realizado nesta terça-feira (29) após a marcha da classe trabalhadora



A CUT e demais centrais sindicais entregaram, na tarde desta terça-feira (29), ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a pauta da classe trabalhadora, documento que traz, entre outras reivindicações urgentes quatro que se destacam: a redução da jornada de trabalho sem redução salarial; o fim da escala 6 x 1; a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos.

Além dos presidentes das centrais sindicais, estiveram presentes o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da presidência da República, Gleisi Hoffman, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Marcio Macêdo e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

A entrega do documento foi parte da agenda de mobilização em Brasília nesta

terça-feira. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras de todo o país, organizados pela CUT, centrais e entidades filiadas (confederações, federações e sindicatos) participaram nas primeiras horas do dia da Plenária da Classe Trabalhadora e, logo após, da caminhada na Esplanada dos Ministérios.

Marcha deixa sentimento de garra para enfrentar o futuro

Mais cedo, durante a marcha, dirigentes sindicais discursaram ao público sobre a necessidade de a classe trabalhadora estar sempre alerta e preparada para enfrentar os constantes ataques da extrema direita à democracia e, claro, aos direitos sociais e trabalhistas.

O presidente nacional da CUT, Sergio Nobre, além de defender o teor da pauta lembrou que os direitos dos trabalhadores passam pelas próximas eleições e que, por isso, a manifestação de hoje foi decisiva para enterrar a direita em 2026. “Precisamos

reeleger o nosso presidente Lula, que é o grande pai da classe trabalhadora no Brasil, aquele que nos ensinou a todos nós o caminho da luta para chegarmos até aqui”, afirmou Sergio Nobre.

É preciso ressaltar que a direita e a extrema direita foram responsáveis pela reforma Trabalhista em 2017, que retirou mais de 100 direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo a pejetização e a terceirização sem fim, e a reforma da Previdência de 2019 que aumentou o tempo de contribuição e diminuiu o valor de aposentadorias e pensões. Hoje é o movimento sindical que luta para não somente manter direitos como também para que eles sejam ampliados.

“A gente sabe que nenhum direito que a classe trabalhadora tem caiu do céu ou foi benefício dado por alguém, foi com muita mobilização e com muita luta”, reforçou Sergio Nobre ao incentivar os trabalhadores a se manterem firmes na luta por seus direitos.

A necessidade do reconhecimento de que o presidente Lula teve e tem um papel importante na defesa dos trabalhadores também foi enfatizada pelo secretário de Administração e Finanças da CUT, Ariovaldo de Camargo, mas que é preciso que a pauta da classe trabalhadora seja contemplada pelas decisões governamentais.

“Estamos vivendo um momento de muitas transformações e a Central Única dos Trabalhadores fazendo chegar ao presidente Lula a voz do povo, nossa pauta será entendida e, assim o conjunto dos trabalhadores terá orgulho de ter um operário na Presidência da República”, disse Camargo.

Para o secretário-Geral da CUT Nacional, Renato Zulato, a marcha cumpriu o com as expectativas e, que a presença dos trabalhadores e representantes dos seus sindicatos demonstrou unidade na defesa de direitos e da democracia.

Nós temos que ficar mobilizados, mas voltem aos seus estados com a cabeça

erguida porque vocês estão aqui na rua, mais uma vez, e estão na luta pelo nosso direito à democracia que havia sido tirado de nós no governo do passado”, disse Zulato.

A defesa da pauta dos trabalhadores passa também pelo plebiscito popular, lembrou o secretário de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais da CUT, Milton dos Santos Rezende, o Miltinho. O plebiscito levará à população brasileira três importantes temas para que respondam sim ou não: a redução de jornada de trabalho sem a redução de salário, o fim da escala 6x1 e a justiça tributária, com a isenção de imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais e aumento da cobrança para quem ganha acima de 50 mil.

“Há uma identidade política nesse movimento, estamos aqui juntos, fortes, vamos construir esse processo, a nossa ideia de fazer um plebiscito nacional onde milhões de pessoas participem, não só os trabalhadores, não só os sindicalistas, mas o conjunto da cidade e do campo. A largada é agora, nesse dia 29, nessa marcha que as centrais e os movimentos sociais estão construindo”, disse Miltinho.

A presença feminina na luta pela redução da jornada sem redução salarial e o fim da escala 6 X 1 foi elogiada pela secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, Amanda Corcino.

“As longas jornadas são cruéis em especial às mulheres trabalhadoras, porque nós temos uma jornada de trabalho muito maior, mais exaustiva, nós temos a jornada do trabalho remunerado, mas também temos a jornada que é das atividades de cuidar, das atividades domésticas, então para nós mulheres vai ser um ganho muito grande, que a gente consiga reduzir essa jornada, para que possamos ter mais tempo para nos dedicar aos nossos cuidados, a nossa militância e a gente trazer mais mulheres para a política”, disse Amanda.

FONTE: CUT - Escrito por: Walber Pinto e Rosely Rocha | Editado por: André Accarini

Inclusão de fatores de risco psicossociais no GRO começa em caráter educativo a partir de maio

Nova diretriz da NR-1 será acompanhada por comissão tripartite e prevê período de adaptação até 2026, com foco na promoção da saúde mental no ambiente de trabalho



Foto: Matheus Itacarambi / MTE

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou que a inclusão dos fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho, por meio do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), terá início em 26 de maio, em caráter educativo e orientativo. A decisão foi tomada após diálogo com representantes das bancadas de trabalhadores e empregadores. Para acompanhar a implementação da norma, será criada uma Comissão Nacional Tripartite Temática, com participação de representantes do governo, das entidades sindicais e do setor empresarial.

Luiz Marinho destacou que a medida tem como objetivo proporcionar um período de adaptação para que as empresas ajustem seus processos e promovam ambientes de trabalho mais seguros. “Durante esse primeiro ano, será um processo de implantação educativa,

e a atuação pela Inspeção do Trabalho só terá início em 26 de maio de 2026”, explicou o ministro. Na ocasião, também foi anunciado o lançamento do Guia de Informações sobre os Fatores de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho.

O diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do MTE, Rogério Araújo, informou que, no prazo de até 90 dias, será publicado um manual com orientações técnicas detalhadas sobre os procedimentos e aspectos regulamentados. O objetivo é esclarecer eventuais dúvidas e coibir a atuação de profissionais que possam se aproveitar da desinformação. A portaria que formaliza essas definições será divulgada nos próximos dias.

Para Washington Santos (Maradona), coordenador da bancada dos trabalhadores na Comissão Tripartite Paritária Permanente

(CTPP), a iniciativa do ministro Luiz Marinho representa uma conquista significativa, ao assegurar a inclusão dos riscos psicossociais na NR-1. Segundo ele, a medida reforça a proteção à saúde dos trabalhadores, previne interpretações equivocadas e práticas oportunistas no mercado, além de garantir um período educativo para que as empresas possam se adequar. Washington ressaltou que o prazo de um ano para implantação e a elaboração de um manual técnico em até 90 dias, com participação tripartite, representam avanços fundamentais e refletem a atuação efetiva dos trabalhadores na CTPP.

Clóvis Queiroz, diretor de Relações do Trabalho e Sindical da CNSaúde e coordenador da bancada empresarial na CTPP, elogiou a criação do grupo de trabalho que acompanhará a implementação da norma. Sempre defendemos que a prorrogação não era apenas pelo adiamento em si, mas uma oportunidade para organizarmos informações qualificadas, a fim de que as empresas observem com mais atenção as questões de risco psicossocial no ambiente de trabalho”, afirmou.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2024, os estabelecimentos com 1 a 4 empregados representaram a maior parcela entre aqueles com vínculo empregatício, somando 2,6 milhões de unidades – o equivalente a 57,09% do total –, um crescimento de 81,6 mil estabelecimentos em relação a 2023 (+3,1%).

As maiores variações percentuais positivas foram registradas entre os estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados, que cresceram em 189 unidades (+6,2%), e entre aqueles com 500 a 999 empregados, com aumento de 281 unidades (+6,1%).

Destaca-se ainda que, em 2024, aproximadamente 55.235 estabelecimentos possuíam mais de 100 empregados, o que representa um acréscimo de 2.487 unidades em comparação ao ano anterior, equivalente a um crescimento de 4,7%.

Inclusão de fatores de risco psicossociais no GRO

A partir de 26 de maio de 2025, a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) passará a incluir expressamente os fatores de risco psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), conforme estabelecido na Portaria MTE nº 1.419/2024. Esses fatores deverão constar no inventário de riscos ocupacionais, ao lado dos já reconhecidos riscos físicos, químicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.

Os fatores psicossociais no trabalho são situações que envolvem a maneira como as atividades são planejadas, organizadas e executadas. Quando não são bem conduzidas, essas situações podem prejudicar a saúde mental, física e social dos trabalhadores. Exemplos incluem metas impossíveis de cumprir, excesso de trabalho, assédio moral, falta de apoio dos chefes, tarefas repetitivas ou solitárias, desequilíbrio entre o esforço e a recompensa, além de locais com falhas na comunicação.

Guia de Informações sobre os Fatores de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho

O guia criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego orienta empregadores e trabalhadores sobre a nova exigência de incluir os fatores de risco psicossociais no GRO. Com base na atualização da NR-1, o documento explica de forma prática como identificar, avaliar e controlar esses riscos, trazendo exemplos, instruções e perguntas frequentes para facilitar a aplicação das novas regras. A publicação destaca a importância de colaboração entre todos os envolvidos e do uso de metodologias eficazes, focando na prevenção de doenças e na promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. Além disso, o guia traz referências nacionais e internacionais sobre o tema.

A orientação é de que as mudanças previstas na NR-1 sejam implementadas em conjunto com a NR-17 (Ergonomia). A gestão dos riscos psicossociais deve começar com a Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP) e, em casos específicos, com a Análise Ergonômica do Trabalho (AET). A primeira etapa consiste na

identificação dos fatores de risco psicossociais, para a qual o guia oferece exemplos práticos. Essa identificação exige o levantamento de informações sobre o estabelecimento, os processos de trabalho e as características dos trabalhadores, além da definição de critérios de avaliação e da estratégia metodológica, que pode incluir observações, questionários, oficinas ou uma combinação dessas abordagens.

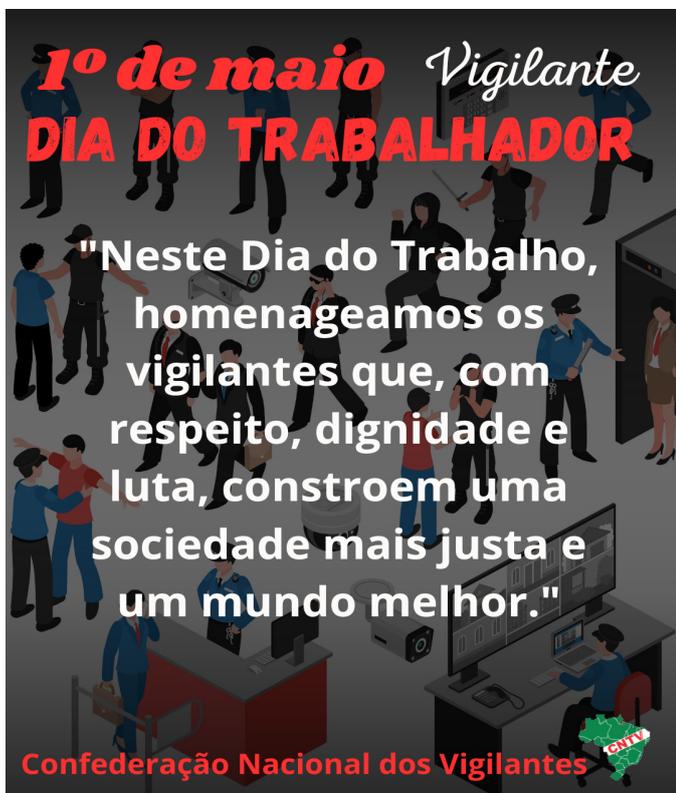
Após a identificação e avaliação, a organização deve adotar medidas de prevenção e controle por meio de um plano de ação com cronograma e responsáveis claramente definidos. O acompanhamento dessas ações deve contar com a participação

dos trabalhadores, permitindo a avaliação da eficácia das medidas e a busca pela melhoria contínua. O guia orienta que as intervenções se concentrem na modificação das condições organizacionais do trabalho. Todo o processo deve ser documentado de forma adequada no PGR ou na AEP, conforme as exigências da NR-1, incluindo a caracterização dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos perigos e a descrição das medidas preventivas adotadas. Vale ressaltar que o foco do guia é nos fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, e não na avaliação da saúde mental individual dos trabalhadores.

FONTE: MTE

FALA CNTV

Comunicado Expediente – Dia do Trabalhador



A **Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV** informa que, em razão do feriado do Dia do Trabalhador (1º de Maio), e do ponto facultativo decretado pelo GDF e Governo Federal, não haverá expediente na CNTV nos dias 01 e 02 de maio.

Retornaremos normalmente na segunda-feira, 05 de maio, a partir das 7h.

A DIRETORIA CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, Lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF